



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA NA TERCEIRA VAGA DA DEMOCRATIZAÇÃO”

Palácio de São Bento | 6 de dezembro de 2016

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Conselho Diretivo do ICS, Professor José Luís Cardoso,

Senhores Conferencistas,

Senhora Professora Marina Costa Lobo,

Começo por lhe agradecer o excelente contributo que deu a estas comemorações dos 40 anos da Constituição, através da conceção e organização desta jornada de reflexão internacional que aqui vamos ter hoje.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

O sistema político, o sistema de governo, a europeização e a política comparada, não podiam ficar de fora de um programa de Comemorações em que quisemos mobilizar o melhor que há no mundo das ideias e da academia.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Chegados a dezembro entramos na fase final das intensas comemorações dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa.

Fiz questão que esta data não fosse esquecida. E acho que valeu a pena.

Abrimos a Assembleia da República à cidadania e à cultura, com colóquios, exposições e Teatro.

Levamos a Constituição ao grande público, distribuindo-a com um jornal de grande tiragem, e levámo-la também a um público mais especializado na Assembleia da República, mas também na Faculdade de Direito do Porto e na Assembleia Legislativa Regional da Madeira.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Homenageámos aqui os Deputados à Assembleia Constituinte de 1976. Foi um momento de grande emoção e uma justa homenagem, já que os considero verdadeiros heróis da democracia.

A experiência histórica da Constituinte é uma lição plena de atualidade e que merece por isso uma presença forte na memória coletiva e na cultura política do nosso País.

Se como dizia Fernando Pessoa a memória é a consciência inserida no tempo, a memória constituinte é uma memória que merece ser alimentada.

Oriundos de projetos ideológicos quase incompatíveis, os constituintes souberam convergir no essencial, isto é, nas regras eleitorais e institucionais, mas também num ambicioso programa de desenvolvimento económico e social.

Fiéis herdeiros do seu exemplo, em treze legislaturas os deputados à Assembleia da República souberam traduzir em lei os grandes princípios constitucionais, contribuindo assim, com a sua impressão digital, para os avanços da Democracia.

O Serviço Nacional de Saúde. A segurança social pública. A rede de escolas públicas. A democratização do ensino superior. A infraestruturização do país. A política de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

habitação social. São inúmeras as realizações da democracia, que passaram por sucessivas legislaturas e sucessivos governos constitucionais.

A Constituição Social soube realizar-se, e isso é em si um enorme sucesso que contrasta com o fracasso na I República.

A Constituição Económica soube adaptar-se às mudanças globais e às dinâmicas próprias da integração europeia.

E a Constituição Política soube provar bem, garantindo a estabilidade política e uma grande multiplicidade de soluções de governo, como ainda recentemente vimos.

Julgo que o Tribunal Constitucional também merece uma palavra, enquanto garante do respeito pelos direitos dos cidadãos, independentemente das maiorias do momento.

E penso que isso é bem o exemplo da força cultural e da persistência institucional do legado da revolução democrática de abril.

Sei que a nossa transição para a democracia não foi uma transição perfeita, de acordo com alguns manuais da ciência política.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Foi um processo sinuoso, com as contradições e os excessos próprios de quem viveu 48 anos em ditadura.

Tínhamos um órgão que era o Conselho da Revolução e uma democracia algo tutelada, sendo certo que os seus membros se comportaram sempre como verdadeiros patriotas e democratas.

Tínhamos uma Constituição Económica demasiado programática e estatizante, que depois foi necessário adaptar à integração europeia.

Mas a verdade é que podemos dizer que diferentes caminhos vão dar a Roma.

E ainda hoje sentimos o impacto da mobilização social e política que se viveu há 40 anos, nomeadamente nas garantias dos cidadãos e nos direitos sociais de cidadania.

Não temos hoje uma questão constitucional acesa nem muito menos questões regionais ou nostalgias da ditadura.

Às vezes pergunto-me se não terá sido preferível um processo de transição por rutura, com grandes tensões, como o nosso, mas em que a dada altura foi possível estabelecer um compromisso e avançar, do que uma transição feita nos bastidores,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

com muita ordem, mas em que as dificuldades e os fantasmas foram postos de lado para virem a aparecer mais tarde e às vezes na pior altura...

Anos depois abrem-se os armários e saem de lá os esqueletos... E é um pouco isso que vemos nas disputas sobre a memória histórica e as identidades regionais e nacionais, por exemplo, aqui ao lado na nossa vizinha Espanha.

Portugal é hoje uma democracia coesa, estável, cosmopolita e aberta à Europa e ao mundo.

Temos de vencer desafios importantes, que se podem resumir numa palavra: qualificação. Qualificação das pessoas, dos territórios e das empresas.

Mas qualificação também das instituições. Não há, já sabemos, boas políticas sem boa política.

Isso vai estar aqui hoje em discussão, as instituições políticas e a sua eventual reforma.

Em discussão também estará a Europa e as experiências políticas dos seus Estados-membros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Portugal tem de fazer o seu trabalho de casa.

Sem partidos xenófobos nem problemas regionais sentimo-nos bem.

Mas a verdade é que vivemos numa Europa e num mundo da interdependência.

Somos uma economia aberta e uma sociedade exposta ao que se passa lá fora. Os tempos do orgulhosamente só já lá vão, felizmente.

Isso deve levar-nos a ter uma voz ativa nos vários espaços em que estamos inseridos: desde a União Europeia à Nato, passando pela CPLP e a ONU, onde temos agora um português como secretário-geral.

Batalhar por novas condições de crescimento na Europa e por um mundo em que o comércio livre seja também um comércio justo – são imperativos inadiáveis.

Essas batalhas fazem-se com ideias e argumentos, sustentados na análise e na informação séria. É disso que se trata aqui hoje.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

De pensar, 40 anos depois, os desafios institucionais, sistémicos e constitucionais de Portugal, considerando a nossa experiência histórica e os exemplos vindos de outras democracias.

A todos, desejo um excelente dia de debate. Estarei atento às conclusões de hoje, e quero aqui garantir desde já que as investigações que estiveram na base das intervenções de cada um serão objeto de publicação.

A Assembleia da República orgulha-se de ter uma das melhores linhas editoriais sobre estudos parlamentares na Europa.

A qualidade dos oradores garante-nos intervenções de grande qualidade que devem ficar em registo vídeo e em registo escrito.

O Palco é vosso, a Sala do Senado, a caminho dos 150 anos, é hoje o espaço para debater a Constituição Portuguesa.

Tem a palavra o Professor José Luís Cardoso, a quem agradeço toda a colaboração para o sucesso desta iniciativa.

Muito obrigado